

’, que custou 4 milhões e funciona a meio gás completamente desadequado, armidade”

rio.

Os utentes eram responsabilizados para cuidarem da “sua casa”, da qual cada um tinha a sua chave, sem qualquer condição para entrar ou sair.

O que lhes era exigido era a sua contribuição na aquisição de alimentos, na limpeza, nas lavagens necessárias, na cozinha e noutras tarefas.

A princípio houve, naturalmente, muitas dificuldades, mas com a colaboração preciosa de alguns voluntários, sobretudo do senhor José Bento de Frias, as mesmas foram sendo ultrapassadas.

Passados alguns meses, a Directora do Lar da Levada, Senhora Dra. Arlete, que não tinha gostado daquela vizinhança, perguntou-me: “Senhor Dr., onde é que estão os seus homens?”.

Respondi-lhe que estavam ali, apontando para o Abrigo.

“Pensei que tinham saído daqui”, retorquiu ela.

Isto é um sinal de quanto tinham mudado a sua maneira de estar. Já não eram notados na rua.

A partir de certa altura, o asseio do Abrigo era apreciável.

Devo acrescentar que vários dos utentes, após os tratamentos adequados, foram recuperados da dependência do álcool.

Numa visita que nos fez o senhor Dr. Artur Martins, do Instituto de Acção Social, e a senhora Dra. Natércia Gaspar, também do IAS, ele disse-nos que o que estávamos a fazer era “excelente!”.

Tendo nesse momento perguntado ao senhor José Maria, um dos nossos utentes, quando tinha custado a tinta e o pincel que ele tinha comprado para dar uma pintura nas janelas e portas, ele respondeu: “Senhor doutor, isto é a nossa casa! Portanto, nada há a pagar-me!”.



“O que está ali feito excede tudo o que uma mente sã e conhecedora da realidade e da psicologia daqueles utentes deveria saber”



me!”.

Em 2004, a senhora Dra. Ana Paula Marques, Presidente da Acção Social, que sempre compreendeu e acarinhou o trabalho que a Cáritas fazia, sugeriu que apresentássemos um estudo prévio para utilização dos 8 mil metros quadrados do prédio.

Este estudo foi feito pelo senhor Arquitecto António Eduardo Soares de Sousa e constava de vários módulos, cada um deles com capacidade para oito camas.

Naturalmente que era nossa intenção que os sem-abrigo que para lá fossem viver, em instalações melhoradas, continuassem possuidores da sua chave, símbolo da sua autopromoção e dignidade pessoal.

Todo este arrazoado para contrapor ao exagero que ressalta daquilo que ali foi feito e dos recursos desmesurados que são necessários para manter aquela estrutura.

Para uma digna e dignificante implantação do “Hotel” tornou-se necessário derrubar as instalações do ATL do Carvão, não fossem elas impedir ou assombrar o majestático edifício.

As crianças que ali eram apoiadas foram deslocadas para o outro extremo da cidade, a Avenida D. João III, onde não têm um metro quadrado ao ar livre, segundo julgo saber.

É caso para perguntar: onde estavam os técnicos da Acção Social quando tudo isto foi projectado?

Acha que é uma questão de estrutura e luxo a mais?

Alguns pensarão que é atirando dinheiro sobre os problemas, no caso

concreto sobre aquela estrutura, que, embora nunca tenha entrado lá sei que é demasiado luxuosa para o fim a que se destina, que se criam as condições para a promoção das pessoas.

Os sem abrigo necessitam, como já disse, de um mínimo de condições para viver dignamente, numa atitude amiga e de proximidade, mas, francamente, o que ali está feito excede tudo o que uma mente sã e conhecedora da realidade e da psicologia daqueles utentes deveria saber.

É sintomático que alguns residentes nas velhas instalações que escaparam à onda destruidora de tudo o que parece velho, não queiram mudar-se para o “Hotel”.

Seria interessante saber – mas isto é um futurível – se não têm sido destruídas algumas instalações, eles teriam optado por nelas continuarem a viver.

Em resumo, se me perguntasse directamente se foi um bom investimento, eu diria que aquela solução, para o fim a que se destina, me parece completamente desadequada.

Acha que há exigências a mais para as limitações dos sem-abrigo?

A não ser que só queiram apoiar aqueles sem-abrigo que já possuem algumas condições fiáveis de integração, penso que, para muitos, exigir determinadas atitudes e comportamento é uma violência. Espero, também, que o excesso de burocracia não asfixie o verdadeiro espírito Cáritas.

Então como resolver?

O que foi feito foi uma enormidade. Com os quatro milhões de euros

gastos e sem contar com os altos custos da sua manutenção, não seria difícil encontrar soluções muito melhores, até porque aquele valor podia dar para construir alguns módulos do que constava no estudo prévio do Arquitecto Soares de Sousa e ainda algumas casas que proporcionariam condições diferentes e melhores para muitos deles.

E ao lado de todo este investimento, como acha que estamos relativamente à pobreza nos Açores?

A senhora Secretária da Solidariedade e Segurança Social disse há algum tempo que ainda temos um caminho longo a percorrer para debelar este flagelo.

Eu pergunto: aquilo que está a ser feito neste sentido é de molde a obter estes objectivos?

Nos últimos anos o Rendimento Social de Inserção praticamente duplicou na nossa Região e, como toda a gente sabe, aquele é um indicador fiável no que diz respeito à pobreza.

Têm de ser tomadas medidas diferentes que estejam muito para além da “Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social”, como sejam a promoção da coesão social, e outras medidas que nos retirem da cauda de todos os indicadores nada abonatórios para a nossa Autonomia, quando comparados com a realidade nacional.

Não poderemos de maneira nenhuma conformar-nos com este estar a dar comprimidos para resolver situações que requerem corajosas e delicadas cirurgias.